

Território e territorialidade no império das redes: o Espírito Santo nos séculos XVI e XVII *

LUIZ CLÁUDIO MOISÉS RIBEIRO^{*1}

Universidade Federal do Espírito Santo

KELLEN JACOBSEN FOLLADOR^{*2}

Universidade Federal do Espírito Santo

LEANDRO DO CARMO QUINTÃO^{*3}

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: No presente estudo nos propomos a analisar os conceitos de *redes*, *território* e *territorialidade* relacionados à ideia de “império das redes”, que se define por conexões estabelecidas localmente ou que atravessavam o mar em busca de outras franjas dos domínios lusitanos. Apresentamos o contexto da capitania do Espírito Santo constituída por redes de aliança e parentesco que colaboraram para forjar o território e sua territorialidade nas duas primeiras centúrias da colonização portuguesa na América.

Palavras-Chave: Redes; Território; Territorialidade.

Abstract: In this paper we propose to examine the concepts of networks, territory and territoriality related to the idea of "empire of networks", which was defined for connections established locally or crossing the sea in search

* Artigo submetido à avaliação em 6 de setembro de 2013 e aprovado para publicação em 11 de novembro de 2013.

^{*1} Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (UFES). Doutor em História pela UFF. E-mail: sombradoscamaras@gmail.com.

^{*2} Doutoranda em História Social das Relações Políticas (UFES). Bolsista FAPES. E-mail: kellenjf@yahoo.com.br.

^{*3} Doutorando em História Social das Relações Políticas (UFES). Bolsista CAPES. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo. E-mail: leandroquintao83@yahoo.com.br.

of other fringe domains Lusitanian. We show the context of the captaincy of the Espírito Santo consists of networks of kinship and alliance that helped forge the territory and territoriality in the first two centuries of Portuguese colonization in America.

Keywords: Networks; Territory; Territoriality.

Introdução

A historiografia acerca do período colonial brasileiro é lembrada a partir de grandes clássicos tendo como regentes, autores do porte de: Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Novaes, Jacob Gorender, Ciro Cardoso, entre outros. Seus respectivos trabalhos foram consagrados ao longo do século passado, revestindo-se de significativa relevância no estudo do período em questão, especialmente no que diz respeito à economia e a relação entre a metrópole portuguesa e suas colônias, o Brasil, no caso em questão (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001).

Nas últimas décadas, vivenciamos um momento de intensa produção acadêmica sobre o referido período, mediante sortidos recortes espaços-temporais. Importantes trabalhos buscam iluminar, sob novos prismas, as mais diversas estruturas, tanto sociais, quanto econômicas, culturais e mesmo políticas, que ajudavam a compor as especificidades do Império português, tanto na sua sede quanto no ultramar. O resultado de tamanho empenho de ilustres estudiosos tem se apresentado em importantes obras, ao revisitarem interpretações já consagradas e consagrados conceitos, especialmente no que diz respeito à relação de Portugal com seu império ultramarino. Obras como *Às vésperas do Leviatã* (HESPANHA, 1994), “O Antigo Regime nos Trópicos” (FRAGOSO; GOUVÊA, 2001); “Modos de Governar” (BICALHO; FERLINI, 2005); *O governo dos povos* (SOUZA; FURTADO; BICALHO, 2009) e “Na Trama das Redes” (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010), além de diversos artigos publicados em coletâneas, apresentam o que está sendo pensado a respeito das vicissitudes do Império Português e de seus

desdobramentos, servindo nesse ponto de importantes referências para promover novos entendimentos do período em questão.

Como importante contribuição, boa parte desses autores introduziram arcabouços teóricos até então inéditos, exemplificados nos conceitos mais gerais, como o de “redes”, “pactos”, e o de “Antigo regime nos trópicos”; além de outros mais específicos como “economia do bem comum”, “economia da graça ou da mercê” e “economia política de privilégios”. Vale ressaltar que os mesmos são ainda passíveis de discussões e debates acadêmicos, servindo de subsídios para novos estudos, como instrumentos de entendimento da dinâmica e das especificidades do “Império português”.

No presente estudo, *a priori*, nos propomos a analisar alguns desses conceitos, por meio de definições e discussões estabelecidas pelos referidos autores. Buscaremos compreendê-los à luz das produções acadêmicas para construir a ideia de “império das redes”. *A posteriori*, identificaremos o papel da rede, ou pelo menos, do que se entende por ela, para a configuração do território, em especial na Capitania do Espírito Santo. Para tanto, utilizaremos como subsídio a noção de território estabelecida por Claude Raffestin (2011) e o balizamento temporal restringido aos primeiros séculos de colonização, XVI e XVII, por se tratar do período em que a colonização ganhava sua conformidade com a fundação dos primeiros núcleos populacionais.

O império das redes nos trópicos

A relação entre Portugal e seu império ultramarino passou a ser vista de uma forma distinta. Novas interpretações, nem sempre harmônicas, contribuíram para um novo olhar acerca da referida relação. Nesse sentido, conceitos como os que acima mencionamos ajudaram a elucidar o passado, trazendo à luz fatos até então ocultos e desconstruindo velhos paradigmas. Propomo-nos aqui analisar os principais, que de alguma forma contribuem para um diálogo com a construção do território (entenda-se povoamento,

atividades econômicas, etc.), bem como com a ideia de “império das redes”, fundamentais para a nossa análise.

Começaremos pelo conceito, talvez o mais polêmico, de *Antigo Regime nos trópicos*. Ele foi materializado pela primeira vez no livro lançado em 2001, organizado por Fragoso, Gouvêa e Bicalho que, a propósito, recebeu o mesmo nome. Na introdução da referida obra, os autores nos dão uma pista do que poderia ser o termo até então desconhecido da historiografia brasileira:

Apesar de todas as diferenças políticas, econômicas, sociais, religiosas e culturais entre Malaca, Goa, Macau, Luanda e Rio de Janeiro, as práticas e instituições disseminadas a partir do reino [mercês, cadeia de poder e de redes, negócios e mercados imperais, entre outros] acabaram resultando na formação de sociedades reguladas pela economia e pela cultura política do Antigo regime português (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2001, p. 23-24).

Ou seja, nos traz a ideia de uma continuidade de algo que vinha de Portugal, sendo responsável por moldar novas sociedades a partir de uma mesma essência. Estruturas, valores e instituições seriam importadas para os novos territórios conquistados, influenciado no novo mundo pela interferência de outros fatores.

Os indivíduos que foram para o ultramar levaram consigo uma cultura e uma experiência de vida baseadas na percepção de que o mundo, a “ordem natural das coisas” era hierarquizada; de que as pessoas, por suas “qualidades” naturais e sociais, ocupavam posições distintas e desiguais na sociedade. Na América, assim como em outras partes do Império, esta visão seria reforçada pela ideia de *conquista*, pelas lutas contra o *gentio* e pela escravidão. Conquistas e lutas que, feitas em nome *del Rey*, deveriam ser recompensadas com mercês – títulos, ofícios e terras (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2001, p. 24).

Em suma, as regras do Antigo Regime presentes na Europa, particularmente em Portugal, foram transplantadas, ou melhor, reproduzidas nas diversas esferas trazidas pelos colonos, inclusive nos negócios e mercados.

Muito mais uma noção do que propriamente um conceito, o de Antigo Regime foi aceito por todos. Alguns anos depois, Laura de Mello e Souza (2009) fez pesadas críticas em seu artigo intitulado “Política e Administração colonial: problemas e perspectivas”. Nesse estudo, ela entende ser esse um termo perigoso por ostentar uma homologia, que a seu ver é, senão equivocada, ao menos passível de discussão: caberia interpretar a sociedade do novo mundo sob o viés do Antigo Regime? Além disso, afirma ser um problema atribuir essa designação a uma sociedade que não conheceu o feudalismo, possivelmente concordando com Goubert que o regime feudal constituísse um dos fundamentos do *Ancien Régime* (SOUZA, 2009). Por fim, considera-o insuficiente por amenizar as contradições entre reinóis e colonos, privilegiando olhares europeus, e por enfraquecer o papel do Estado ao valorizar os poderes intermediários. No entanto, evita um posicionamento radical, alvitando uma melhor alternativa:

Longe de mim propor o abandono do conceito de Antigo Regime: acredito contudo que, ao utilizá-lo, deve-se ter clareza quanto às implicações subjacentes ao seu uso [...]. O que houve nos nossos trópicos, sem dúvida, foi uma *expressão* muito peculiar da sociedade de Antigo Regime europeia. Que se combinou, conforme análise que os autores de *O Antigo regime nos trópicos* buscaram, programaticamente, evitar, com o escravismo, o capitalismo comercial, a produção em larga escala de gêneros coloniais [...], com a existência de uma condição colonial que, em muitos aspectos e contextos, opunha-se à reinol e que, durante o século XVIII, teve ainda de se ver com [...] o exclusivo colonial. Em suma, o entendimento da sociedade de Antigo Regime nos trópicos beneficia-se quando considerada nas suas relações com o Antigo Sistema Colonial (SOUZA, 2009, p. 87-88).

Apontando para os aspectos econômicos, Laura de Mello e Souza defende a obra de Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* (1986), apontando o termo “Antigo Sistema Colonial” como o mais apropriado para se entender a “recriação perversa” do mundo do Antigo Regime nos trópicos, o que teria faltado nesta obra. No entanto, possivelmente pela limitação de um artigo, peca por não apontar com maior clareza de que forma esse conceito, tão criticado pela nova historiografia, ainda sim poderia contribuir para o estudo do período colonial.

A resposta não demoraria a chegar. Alegando que Laura de Mello e Souza estivesse influenciada por uma interpretação pautada pelo nacionalismo, António Hespanha (2010), autor em muitos momentos criticado por ela, argumenta que muitas das características políticas presentes nos territórios ultramarinos também existiam no reino, especialmente as dificuldades e limitações. Entre elas encontramos: a ausência de uma constituição imperial unificada; o predomínio das práticas enraizadas, ou seja, a vivência da lei; a existência de poderes mistos, jurisdições sobrepostas e limitações constitucionais do poder real, tornando os vínculos políticos altamente negociados. Em suma,

[...] os trópicos não se constituíam em um obstáculo para a ampliação do modelo político de Antigo Regime. Pelo contrário, a complexidade desse modelo político e a superabundância de fórmulas políticas adaptavam-se perfeitamente à variedade e a mobilidades dos vínculos políticos coloniais (HESPANHA, 2010, p. 58).

Baseando-se na ideia de uma estrutura administrativa centrífuga, enfatiza o poder local, dando destaque às câmaras municipais como sua expressão, embora elas também reforçassem o poder régio. Ademais, destaca ter havido “um *quasicontinuum* de tradições comuns [...], de língua, de relações humanas e de ligações mercantis” (HESPANHA, 2010, p. 72). Para o autor, Antigo Regime nada tem que ver com um modelo rígido de organização sociopolítica, mas sim uma lógica frouxa e aberta em seus

próprios fundamentos, talvez flexível e não linear, estando aí a pertinência em se adotar o termo *Antigo regime nos trópicos*.

Complementando esse pensamento, Maria de Fátima Gouvêa (2010) acredita ter havido uma similaridade na expansão de grupos pelo reino, ainda no processo de formação do Estado Nacional português, com a expansão de outros, pelo império, enxergando ambos sob um padrão relacional corporativista e jurisdicionalista. Daí a ideia de uma continuidade que permitisse o uso daquele termo, ou seja, de uma interdependência entre metrópole e colônia. Em seguida conclui que o poder da coroa era essencial como ponto de equilíbrio e de funcionamento como meio de garantir a governabilidade no império:

Desse modo, Estado e império passavam a ser lidos como dimensões intrínsecas de um mesmo processo formativo e expansionista no qual a centralidade da coroa operava como elemento decisivo na conformação e no reconhecimento dos poderes e das hierarquias sociais que iam sendo instruídas (GOUVÊA, 2010, p. 164).

Nesse sentido, a monarquia pluricontinental ou corporativa¹ se sustentava por meio de pluralidades e disparidades, reproduzindo – embora nem sempre de forma precisa – práticas comuns ao reino. Dentre elas, podemos elencar duas principais. A primeira é o pacto, ou melhor, uma pluralidade de pactos, que se constituía numa também pluralidade de

¹ Uma monarquia desse tipo pode ser entendida como “uma monarquia que vivia dos recursos e das oportunidades de *acrescentamento* material e espiritual existentes em suas áreas ultramarinas e oferecidas pelas dinâmicas de incorporação delas ao conjunto imperial. [...] constituída por grupos locais espalhados pelo império que igualmente dependiam do reconhecimento e do aval institucional fornecido pela coroa em termos da definição de suas posições sociais ante as sociedades em que viviam” (cf. GOUVÊA, 2010, p. 185). São algumas de suas características: o poder real dividindo o espaço político com poderes inferiores; usos locais, práticas judiciais, religião, ética e a doutrina comum europeia limitando a lei estatutária; deveres políticos e jurídicos cedendo espaço a deveres morais como graça, piedade e gratidão; oficiais régios gozando de proteção de seus direitos até mesmo contra ordens reais (cf. HESPANHA, 2010).

instâncias ladeadas por deveres e direitos. Para Hespanha (2009, p. 50), “nada [havia] de uma concepção absolutista de poder, mas antes a habitual e pervasiva figura do pacto entre o rei e as comunidades, pacto cuja principal consequência era de uma limitação mútua do poder do rei e dos súditos”. Logo, os pactos reforçavam o prolongamento do poder régio, não o negavam e, se enfraqueciam o poder real por um lado ao exigirem do reinogociar com as elites locais, por outro, reforçava-o junto com um sentimento de pertença ao reino.² Abria espaço também para instituições e personalidades intermediárias, as quais cumpriam esse papel dúbio, mas nem por isso incoerente. Por exemplo, as câmaras, que estavam muito longe de serem “correias de transmissão” das ordens do paço (HESPANHA, 2009). Ao contrário, representavam bem seus interesses, às vezes, até mesmo o de outras classes que não estivessem sendo representadas naquele espaço político. Seu poder e influência perpassaram o período colonial, variando na razão do tempo e do espaço (BOXER, 2002), manobrando dentro de um espaço político limitado, mas suficiente para que muitos de seus interesses fossem ouvidos no reino.³

Importante elo pode ser estabelecido entre os pactos e as redes. Com efeito, é preciso *a priori* compreender o que são e sua relevância dentro do império. Segundo Fragoso e Gouvêa, as redes podem ser entendidas

[...] como *networks* de relacionamentos, constituídos a partir das ações e das relações vivenciadas entre diversos indivíduos com acesso a informações e recursos diferenciados entre si. Essas diferenças potencializavam a possibilidade de sua imbricação, tirando-se assim partido das fraturas que cotidianamente eram identificadas nos

² Segundo Hespanha (2009), essa simbiose pactícea era reforçada, entre outras coisas, pela referência a um rei comum, e atrelada a ela, uma “cidadania comum”, entenda-se o sentido de ser membro de uma mesma comunidade política.

³ Para um melhor entendimento do papel das câmaras no império português, ver: BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2001; BOXER, 2002 (capítulo 12).

diversos cenários sociais que compunham o império português (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 23).

Verdadeiras conexões por essência comunicativas, elas conformavam as estratégias e o curso dos acontecimentos numa dimensão espaço-temporal que lhes era pertinente. Parentesco e amizade constituíam seus aspectos básicos, compondo “um sistema de redistribuição de oportunidades materiais e sociais sob o marco de uma ‘economia moral’ no âmbito da qual o conjunto de recursos existentes poderia servir ao alcance de determinados objetivos” (GOUVÊA, 2010, p. 167), fossem eles individuais ou comuns. Redes e fins se confundiam.

Eram também sociais e desiguais por essência, primeiro porque funcionavam de forma paralela ou mesmo sobrepostas (total ou parcialmente) àquilo que pode ser entendido como formas institucionalizadas de decisão político-administrativas, estas diretamente relacionadas ao poder régio. Segundo, porque a capacidade de controle e apropriação dentro das mesmas não era homogênea, onde uns eram mais fortes do que outros, com maior poder de influir e decidir (CUNHA, 2010).

Por fim, é importante ressaltar que sua dimensão extrapolava as relações mantidas em seu interior. Sua força poderia estar condicionada ao papel que os seus respectivos membros cumpriam fora delas, especialmente o cargo que ocupavam, quando ocupavam, nas estruturas político-administrativas do Império. Além disso, também pesava com quem se relacionavam, fossem amigos e parentes, externos à rede (GOUVÊA, 2010).

Relações interpessoais pautadas em estratégias que se sobrepunham a meros relacionamentos comuns, aproveitando-se das fraturas existentes, entenda-se as limitações do poder régio, o qual, paradoxalmente, acabava por contar com essa estrutura para estender a governança, ou seja, levar o poder régio aos mais diversos cantos dos domínios lusitanos. Assim sendo, é praticamente impossível dissociar essas relações das trajetórias administrativas tecidas por oficiais régios ao circularem por distintos postos governativos, temperados por relações clientelares e de parentesco

(BICALHO, 2009). Vastas em quantidade e em tamanho, elas mesclavam estratégias locais e pessoais, mas sem questionar a autoridade régia.

O entendimento da relação intrínseca entre as redes e trajetórias administrativas possibilita a construção de duas relevantes noções, as quais ajudam a compor esse quadro de entendimento. A primeira delas é a de “rede governativa”. Ela pode ser entendida como “uma articulação estratégica de indivíduos no âmbito da administração”, sendo essa articulação o resultado “da combinação das trajetórias administrativas dos indivíduos conectados pelo meio da rede e das jurisdições estabelecidas pelos regimentos dos cargos que eles iam progressivamente ocupando” (GOUVÊA, 2010, p. 179). Logo, era por intermédio do Estado e de seus mais sortidos cargos de governação que essas conexões eram construídas, possibilitando dinâmicas relacionais estratégicas as quais potencializavam um determinado grupo dentro de uma rede ou mesmo de uma rede inteira, que comungava estratégias e objetivos comuns.

Conformava-se, portanto, uma espécie de “Estado em rede”, a segunda noção em questão. Esse termo fora empregado por Catarina Santos ao analisar a África no século XVIII. A partir da sua percepção, podemos entendê-lo como um Estado constituído por vários centros e juridicamente pluralista, bem como pelo lugar das trocas comerciais, institucionais, ideológicas e políticas (SANTOS *apud* BICALHO, 2009). É ele quem prevaleceu sobre um projeto territorial centralizado e contínuo, conformando, em suma, o império ultramarino português.

Destarte, não é pernicioso falar na existência de um “império das redes”, pois suas estruturas e vicissitudes tiveram nelas o suporte necessário para alcançar os mais diversos confins, no que diz respeito ao aspecto geográfico, e estender o poder régio, desfazendo a centralidade sem retirar, no entanto, o ponto de equilíbrio da coroa, esta sim com os recursos necessários para o equilíbrio de um *modo de governar* (GOUVÊA, 2010). As múltiplas redes existentes se equilibravam dentro do império, não em matéria de força, mas de limites, pois possuíam uma referência, isto é, a autoridade em comum do rei. Elas não eram um mero amontoado de grupos desordenados à luz do Estado português, e não o manipulavam a seu bel

prazer, mas, ao contrário, buscavam o seu reconhecimento para melhor definição das suas posições sociais tornando a coroa uma das protagonistas desse processo. Dessa forma, o império era das redes não somente pela força, tamanho e quantidade que elas constituíam, mas também pelo seu enquadramento dentro de uma lógica político-administrativa circunscrita, a do Antigo Regime. De forma simplificada, reflete-se a imagem de

[...] um império constituído por homens e mulheres que se movimentam pelos diversos espaços, dando forma e sentido ao mundo português na Época Moderna. Indivíduos que integravam grupos que integravam sociedades de modo dialético e dinâmico, conectando as partes que formavam esse conjunto imperial (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 23).

Redes, território e territorialidade na América portuguesa

No presente ensaio, nos propomos a estabelecer um diálogo entre esse “império das redes” e o conceito estabelecido pelo geógrafo Claude Raffestin (2011): o de território. A grande questão é tentar entender de que forma essas redes contribuíam para configurá-lo, possibilitando a construção de uma territorialidade dentro da América Portuguesa, mais precisamente no Espírito Santo.

Todavia, antes é preciso tentar compreender o que é território e territorialidade. Para Raffestin, “território” deve ser diferenciado de outro conceito o qual muitas vezes é confundido, qual seja, o de “espaço”, que, aliás, o precede e contribui para a sua formação. Na verdade, o espaço apropriado pelo ator – no presente estudo, o colonizador – é por ele “territorializado”. É uma produção a partir do espaço. Dessa forma, podemos apreendê-lo como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 2011, p. 128). Suas ideias pautadas pela influência de Foucault ainda permitem concluir que “o espaço é a ‘prisão original’, o

território é a prisão que os homens constroem para si”. O espaço que os homens produzem para si, territorializando, ou seja, alterando conforme seu interesse, modificando através da construção de algo ou da simples destruição do que havia anteriormente para um determinado fim. Em suma, o espaço alterado pelo homem torna-se o território.

Territorialidade, por sua vez, reveste-se de uma maior complexidade no seu entendimento. O próprio autor tem dificuldades em estabelecer uma definição mais precisa, alegando inclusive a necessidade de se historicizar o seu conceito. No entanto, ela pode ser entendida a partir de um conjunto de relações estabelecidas entre um sujeito, membro de uma coletividade, e um determinado espaço ao longo do tempo. Essas relações são dinâmicas e passíveis de variações tanto pelo sujeito quanto pelo espaço. De uma forma geral

A territorialidade [...] é bem constituída pelo conjunto daquilo que [um determinado habitante de um território específico] vive cotidianamente: relações com o trabalho, com o não-trabalho, com a família, a mulher, a autoridade política etc. (RAFFESTIN, 2011, p. 146).

Podemos compreender, de forma simplória, o território da América Portuguesa como sendo aquele ocupado pelos atores, entenda-se colonizadores portugueses. A partir desse ponto de vista, torna-se mais fácil desvencilhar-nos do que costumamos observar nos livros didáticos, quando nos mostram um mapa do “Brasil Colônia” com seu território muito bem delimitado pelo traçado de Tordesilhas, como se essa fronteira fosse bem precisa e delineada, indo além de um simples limite virtual como de fato ocorria. Ou seja, o que imaginamos, baseando-nos nas ideias de Raffestin é que o território em questão não pode ser visto como algo estático, mas dinâmico, permeado por avanços ao longo das décadas e séculos, à medida que os mais diversos rincões iam sendo ocupados por atividades interiorizadoras, como a pecuária e a ação dos bandeirantes (WEHLING; WEHLING, 2005).

Como é sabido pela historiografia brasileira, nos dois primeiros séculos de presença lusitana na América, os primeiros núcleos se integravam de forma fragmentada à metrópole, estando longe de controlar extensivamente o espaço adquirido em Tordesilhas, dificultando a centralização política do Governo Geral e a integração entre os núcleos (RAMINELLI, 2008).

No entanto, conforme vimos, o processo de constituição do território de fato era dinâmico, embora lento, e também auxiliado por alguns vetores: além das atividades extrativistas e a agricultura, uma rede constituída por moradores, administradores e viajantes ativavam e recrudesciam os elos entre os diversos confins do império, tornando-se cruciais para o bom governo das possessões (RAMINELLI, 2008).

Caso paradigmático era a busca por mercês, fortalecendo o laço entre os súditos e seu rei. Tratados e mapas eram feitos, possibilitando ao monarca enxergar aquilo que não seria possível de outro modo: regiões desconhecidas, pontos e espaços geográficos inexistentes em mapas anteriores. Enfim, tudo aquilo que fosse considerado estratégico tinha a sua valia e poderia render cargos e títulos a escritores e estudiosos que se aventurassem por regiões desconhecidas, especialmente quando se carresse para a coroa os conhecimentos apreendidos, fazendo transparecer a fidelidade, viabilizando assim o controle régio sobre os novos domínios. Logo, não é difícil supor que o conhecimento dessas novas regiões dava nova dimensão ao espaço que não existia sob a luz da metrópole, e a partir de então poderia ser ocupado, tornando-se de fato um território. Uma estreita relação entre conhecimento e poder se desenhava, pois

Os escritos eram partes de estratégias destinadas a centralizar o poder e forjar o Estado Moderno. Os letrados não possuíam outro alvo senão o soberano; escreviam, noticiavam e alertavam os poderes instituídos no centro (RAMINELLI, 2008, p. 22).

A centralidade do rei se tornava maior enquanto regiões e pontos estratégicos outrora “invisíveis” agora poderiam ser controlados diretamente,

criando ou fortalecendo a presença régia numa região específica. Expandiam-se fronteiras, ampliavam-se as atividades comerciais, controlavam-se povos, alterando o território e a territorialidade do espaço conquistado. Havia também situações de aconselhamento ao rei, sendo um caso paradigmático o de Gabriel Soares de Sousa que, ao final do século XVI advertia o rei Felipe II (Felipe I de Portugal) da necessidade de preservar o território contra corsários, piratas e ameríndios realizando, para tanto, uma descrição de diversos povoados existentes na América sob dominação lusa (SOUSA, 1987 *apud* RAMINELLI, 2008).

Ao que parece, o território e a sua territorialidade ganhavam contornos que variavam conforme a visão real sobre o espaço específico. A advertência de um letrado, que tentava se passar pelos “olhos do rei” poderia interferir nessa dinâmica conforme a atitude régia se pautasse pela sua advertência. O vínculo dessas obras escritas e mapas feitos por indivíduos que buscavam mercês com a questão do território era direto. Por conseguinte, “se a espada expandia as fronteiras do império, as letras e as cartas permitiam a manutenção, a construção de uma ordem favorável ao fortalecimento da centralidade da Coroa” (RAMINELLI, 2008, p. 31). Além disso, integravam partes distantes do império e ajudavam a forjar o Estado Moderno ao fortalecerem essa centralidade régia.

Esses escritos e mapas poderiam ser despreziosos, mas na maioria das vezes não o eram. Constituíam-se numa via de mão dupla, pois enquanto demonstravam fidelidade ao rei, os vassalos esperavam por recompensas (ou “privilégios”) que lhe garantissem ascensão social e possibilidade de ampliação das rendas, fosse por meio de títulos ou de cargos públicos, constituindo uma “economia política de privilégios”. Ao analisar as câmaras ultramarinas e as relações de poder no Império, Bicalho (2001, p. 220-221) estabelece uma definição. Para ela, essa “economia”

[...] deve ser [...] pensada [...] enquanto cadeias de negociação e redes pessoais e institucionais de poder que, interligadas, viabilizam o acesso dos “descendentes dos primeiros conquistadores”, dos “homens principais”, e da

“nobreza da terra” a cargos administrativos e a um estatuto político – como o ser cidadão –, hierarquizando tanto os homens quanto os serviços dos colonos em espirais de poder que garantiam – a partir das câmaras e, portanto, das diferentes localidades espalhadas pelos quatro continentes e ilhas – a coesão política e o governo do Império.

Não é difícil acreditar que muitas dessas mercês concedidas fossem parar nas mãos das elites locais, reforçando seu poder em detrimento dos demais. Esses privilégios foram cruciais, por exemplo, na formação da primeira elite senhorial no Rio de Janeiro, durante os dois primeiros séculos de colonização, ao viabilizar “uma acumulação de riquezas que mais adiante se transformaria em engenhos de açúcar, ou melhor, na própria economia da *plantation*” (FRAGOSO, 2001, p. 46).

A “economia política de privilégios” era fundamental para a centralidade do rei, pois por intermédio dela ele monopolizava a graduação e a conferência de títulos segundo seu arbítrio, controlando a competitividade entre os vassallos pela concessão de graças (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2000). Evidentemente, nos locais mais distantes, essa “centralidade” era relativamente frágil, sendo necessário desconsiderar a pureza de sangue na hora da concessão da dádiva, privilegiando a fidelidade em detrimento da nobreza, especialmente naqueles lugares no qual o isolamento era muito grande, onde as câmaras ficavam abandonadas à própria sorte, adquirindo assim larga margem de autonomia (BOXER, 2002).

As diversas serventias concedidas aos “impuros” de sangue não foram incomuns, especialmente se provassem a fidelidade, possibilitando o seu enriquecimento material. Em muitos casos, contribuía para a constituição de uma “oligarquia camarária”, fundamentando seu poder no exercício político das Câmaras e criando a partir daí mecanismos de interferência no mercado, bem como também no território.

No que diz respeito às Câmaras, se analisarmos suas responsabilidades e competências, percebemos o poder de constituir e interferir na construção da territorialidade do lugar em que estavam. Dentre

estas competências encontramos a supervisão da distribuição de terras; concessão de licenças para vendedores, mascates e para construção; manutenção de estradas e outras obras consideradas públicas como pontes, fontes e cadeias; além da responsabilidade pela saúde, policiamento e saneamento público (BOXER, 2002). Não por acaso elas se encontravam nas mãos das principais famílias da terra, que reforçavam seu poder mediante o sistema de mercês.

Paralelamente ao poder dessa instituição, as redes governativas constituídas, nas esferas mais altas de poder, também corroboravam a constituição do território e de sua territorialidade. Um estudo feito sobre uma delas, a estabelecida entre João de Lencastre, Câmara Coutinho e Coelho Guerreiro, serve-nos como exemplo através das suas respectivas boas administrações, do controle sobre o tráfico de escravos, e do fortalecimento de vínculos e relações entre as regiões governadas, como quando Coutinho se encontrava em Pernambuco e Lencastre em Angola (SANTOS, 2009). Os principais membros dessa rede, ocupantes dos mais altos cargos da administração, interferiam na administração ultramarina, obviamente dentro de um espaço fluido e limitado de manobra.⁴ Não é difícil imaginar que isso tenha ocorrido numa realidade espaço-temporal distinta, com outras redes e outros personagens.

A ocupação territorial no nordeste no final do século XVI também é um caso paradigmático. Não foram incomuns as vezes em que os governadores-gerais expandiram o território ocupado após vitórias significativas contra tribos indígenas renitentes na manutenção de seu espaço.

⁴ Muitos governantes eram alvo de devassas quando retornavam ao reino, após o cumprimento da função de vice-rei em algum “canto” do império. Seus deslizes ou atitudes cometidos contrários aos interesses da Coroa tornavam-nos potenciais alvos de severas punições, não sendo incomum quedas em desgraça, cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Trajetórias sociais e governos das conquistas: notas preliminares sobre os Vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001. Seus limites também eram delineados pelos moradores, os quais, caso ficassem descontentes por certas atitudes, poderiam até depô-los (RICUPERO, 2009).

Os despojos eram distribuídos entre aqueles que compunham uma rede de amizades com o grande administrador, e daquilo que era adquirido, prevaleciam terras e escravos. Não por acaso, vários súditos envolvidos com as conquistas enriqueceram mediante a aquisição de terras, escravos e pela montagem de um engenho, privilégio de poucos. A proximidade com o governador-geral era fundamental, pois a ele era dado o poder de concessão de sesmarias conferindo-lhes um poder ímpar na América portuguesa (RICUPERO, 2009).

Os próprios governadores se enriqueciam, sendo Mem de Sá um exemplo, apesar do ônus que era servir ao rei num cargo de tamanha envergadura⁵. Uma rede de interesses na doação de sesmarias não era incomum, consolidando relações, criando fortunas e fortalecendo o poder dos governantes. O território ganhava contornos segundo interesses particulares, não obstante, com o aval régio, uma vez que o governador-geral era o representante do rei. Vale ressaltar que em muitas capitâneas ou mesmo lugares mais distantes, donatários e capitães-mores também exerciam essa função. Portanto, também internamente, o território era configurado através de redes estabelecidas entre governantes e súditos – ávidos em consolidar seus patrimônios – mediante a concessão de mercês, principalmente sesmarias, poder esse delegado pelo rei aos principais administradores (RICUPERO, 2009).

Redes, território e territorialidade no Espírito Santo

Não tendo sido muito diferente da realidade de outras capitâneas, no Espírito Santo podemos elencar alguns exemplos de como as redes iam conformando o território e a territorialidade do local. No presente estudo, nos pautaremos em alguns casos, como nas redes estabelecidas por Vasco

⁵ Em muitas oportunidades, os governadores-gerais deveriam, na falta de verbas da Coroa, arcar com as despesas ou viabilizar os recursos necessários, sem qualquer participação régia, para as mais diversas necessidades, o que tornava o serviço ultramarino desinteressante para os fidalgos de boa estirpe. Sobre isso ver Cunha (2010) e Ricupero (2009).

Coutinho, implicando na doação de sesmarias; a força política construída pela família Azeredo desde os primeiros anos de colonização; e a disputa por patentes de entrada envolvendo grandes autoridades locais.

É-nos desconhecida a relação de Vasco Coutinho, então donatário da capitania, com o fidalgo Duarte de Lemos, então residente na capitania da Bahia, pelo menos no que diz respeito ao período anterior ao da colonização. Segundo Oliveira (2208), ele teria vindo para o Espírito Santo após indisposição com o donatário da capitania a qual residia, possivelmente a pedido de Coutinho, que buscava por aliados na luta contra os hostis nativos, mas também atraído por oportunidade de aumentar seu patrimônio e poder político.

Uma pequena rede de aliança parece ter se estabelecido entre Coutinho e Lemos, bem como com outros habitantes da terra,⁶ especialmente pela presteza no combate aos índios: sesmarias e algumas ilhas foram concedidas, cabendo ao poderoso fidalgo aliado o recebimento, pelo alvará de 1537, da então Ilha de Santo Antônio.⁷ O território ia sendo conformado segundo as alianças que Coutinho ia estabelecendo, recompensando seus aliados no projeto de colonização, ao passo que estendia o espaço ocupado da capitania, produzindo a partir daí sua territorialidade.

Contudo, apesar das alianças que iam sendo constituídas, Coutinho teve dificuldades de governar, prejudicado por novos ataques dos nativos, pelas suas constantes ausências da capitania, e pela influência negativa de Duarte de Lemos. Este, de aliado nos combates e sesmeiro da mais importante ilha da capitania, tornou-se crítico das suas ações, em cartas enviadas ao rei. Seu descontentamento se traduzia, entre outras coisas, pelo fato do poder e da sesmaria que lhe haviam sido concedidos por Coutinho não se terem confirmados na escritura de doação de 1540. Segundo Ribeiro (2012), ao invés de receber a ilha, Lemos acabou recebendo um pequeno

⁶ Como exemplo, a Ilha do Boi e a Ilha dos Frades foram concedidas, respectivamente, a Valentim Nunes e Olavo Freire (FREIRE, 2006).

⁷ Atual Ilha de Vitória.

pedaço de terra, ficando descontente, apesar de algumas compensações oferecidas pelo donatário.⁸ Além disso, lhe fora retirado o direito de constituir ou fundar vilas, prerrogativa atribuída somente a capitães e governadores (FREIRE, 2006).

Também chama-nos atenção a relação de aliança estabelecida entre o donatário e *Maracaiaguaçu* (Gato Grande), indígena *temiminó* originário do Rio de Janeiro, então região pertencente à capitania de São Tomé. Chefe de uma tribo numerosa composta principalmente por sua parentela, recebeu em 1555 asilo de Coutinho após ter sido derrotado pelos tamoios, seus rivais, fortalecidos após a chegada dos franceses naquela região. No Espírito Santo, estabelece relação de compadrio com Duarte de Lemos e de Bernaldo de La Pimenta, importante colono que governou a capitania na ausência de Coutinho, em 1550. Não por acaso, ocupou a região ao norte da então ilha de Duarte de Lemos e nova sede da capitania (Vitória), atual região do município de Serra, formando ali uma aldeia que posteriormente receberia o nome de Nossa Senhora da Conceição. Possuía também contato com os jesuítas, tornando-se inclusive juiz nomeado pelos mesmos, encarregado de aplicar as leis religiosas no referido local (SALETTTO, 2011).

Embora haja indícios de que tenha voltado ao seu local de origem, o tempo permanecido com sua tribo na capitania foi suficiente para que se fortalecessem as alianças com os locais, especialmente com Coutinho, e contribuisse para ampliar as conquistas portuguesas a despeito do processo de aculturação comandado pelos jesuítas praticamente ter dizimado sua cultura. Defendendo a terra, como na luta contra os franceses que tentaram invadir Vitória, bem como povoando a capitania, essas foram certamente as principais contribuições que o povo *temiminó* fez ao Espírito Santo (SALETTTO, 2011).

⁸ O poder de influência de Duarte Lemos parece mesmo ter sido muito forte, pois além de conseguir desprestigiar Coutinho perante a Coroa, adquiriu um importante cargo administrativo em 1550, o de delegado administrativo da Capitania de Porto Seguro, não tendo mais participação ativa na vida da capitania do Espírito Santo (OLIVEIRA, 2008).

Poucos anos depois, uma família começava a se destacar nos quadros administrativos do Espírito Santo: travava-se dos Azeredo. Teria sido Belchior o primeiro do referido clã a se destacar, embora não haja unanimidade na crença de sua ligação consanguínea com os “Azeredo” que se destacariam no século seguinte, os irmãos Marcos e Miguel.⁹

As informações que possuímos nos dão conta de que essa família iniciara sua trajetória administrativa pela capitania a partir da nomeação de Belchior para o ofício de escrivão, em 1550, pelo então governador geral Tomé de Souza, na ausência de Vasco Coutinho. Nos dez anos que se seguiram, até a renúncia do donatário, seu prestígio parece ter aumentado, passando de um governador a outro, porquanto seria nomeado capitão-mor, em 1561, pelo governador geral Mem de Sá, permanecendo no cargo até o início da década de 1570,¹⁰ quando tomou posse como donatário Vasco Coutinho Filho. Contava também com prestígio junto aos jesuítas os quais o consideravam

[...] pessoa mui nobre e pera este oficio [capitão] mui sufficiente, assy por sua virtude e saber como por ter elle animo pera sojeitar estes Indios e resestir aos grandes combates dos Franceses [...] Todos os seus negocios e cousas de consciência comunica sempre com o P.e Brás Lourenço, a quem elle tem muito credito, e obediencia in Domino, e hé muito nosso familiar, e nos manda comumente ajudar com suas esmolas (Cartas, III, 465 *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 101).

⁹ Para Salvador, Belchior tinha por sobrenome Azevedo, não pertencendo, portanto à mesma genealogia que os irmãos Azeredo (SALVADOR, 1994). Já Oliveira (2008), Saletto (2011) e Ribeiro (2008), acreditam que Belchior era tio dos irmãos, apoiando-se no relato do padre Anchieta; opção adotada neste trabalho.

¹⁰ Embora tradicionalmente seja aceito que Vasco Coutinho Filho tenha tomado posse da capitania em 1564, João Eurípedes leal, em artigo publicado na terceira edição do livro de José Teixeira de Oliveira demonstra que tal fato teria ocorrido não antes de 1573 (OLIVEIRA, 2008).

Nesse momento, fazia poucos anos que os jesuítas haviam se estabelecido no Espírito Santo, enquanto Belchior já possuía propriedades e rendimentos, chegando, inclusive, conforme depoimento acima, a enviar esmolas aos clérigos e a auxiliá-los na construção de um templo (OLIVEIRA, 2008). A aproximação estabelecida renderia frutos no futuro, estreitando ainda mais a aliança com a família Azeredo.¹¹ Antes, porém, sua rede de alianças se estreitaria ainda com o governador geral Mem de Sá, ao enviar tropas e ir pessoalmente combater os franceses no Rio de Janeiro, passando 18 meses naquela região com mesmo (Anais do Rio de Janeiro, I, 26 *apud* FREIRE, 2006). Dessa forma, seus contatos tornavam-no importante na constituição do território a ser colonizado, não somente onde governava, mas também ao sul, no Rio de Janeiro por meio da definitiva expulsão dos franceses da região, tornando-o “herói” para a historiografia capixaba.

O destino desse ator histórico após a posse de Coutinho Filho jaz desconhecido; entretanto, seu sobrenome permaneceria nos quadros administrativos por meio de Miguel e Marcos de Azeredo, possivelmente favorecidos pelas glórias do tio. Assim, a partir do governo de Coutinho Filho, fortaleceriam-se as redes – tanto com jesuítas como com a família Coutinho¹²– e o patrimônio da família, por meio de ganhos com os cargos ocupados e posse de engenhos, ou seja, pela configuração de uma “economia do bem comum”.¹³ A origem desconhecida, possivelmente não fidalga, dos

¹¹A organização de entradas envolvendo jesuítas e os irmãos Azeredo ocorreram algumas vezes no século XVII. Sobre isso ver Ribeiro (2012).

¹²Ambos se casaram com mulheres dessa família, sendo Marcos com a irmã bastarda do donatário, D. Maria de Melo Coutinho. Além disso, eram bem próximos, especialmente Marcos, de José de Anchieta. Sobre isso ver Salvador (1994); e Saletto (2011).

¹³Podemos entender a economia do bem comum como “um tipo de economia de serviços, em que a elite cortesã monopolizava os principais cargos e ofícios no paço, no exército e nas colônias. Como remuneração por tais serviços, ela recebia novas concessões régias que poderiam ser acumuladas e ainda adquirir a forma de novos serviços. [Contudo, vale ressaltar que] pessoas de origem social não-nobre podiam receber ofícios e serventias nas ‘conquistas’ (FRAGOSO, 2001, p. 44).

Azeredo não impediu que estabelecessem redes familiares com a família Coutinho e ocupassem cargos importantes na capitania. Logo, enquanto Marcos ocupou os cargos de Provedor dos Defuntos e Ausentes e de Provedor da Fazenda Real, seu irmão tornou-se nada menos que o governador adjunto, após a morte de Vasco Coutinho Filho, em 1589, administrando a capitania até a chegada do novo herdeiro, Francisco de Aguiar Coutinho,¹⁴ na primeira década do século XVII (OLIVEIRA, 2008).

Além dos cargos administrativos e das propriedades que possuíam, incluindo-se aí engenhos, os irmãos contribuíam para a territorialidade da capitania de outras formas: chegaram a organizar aldeamentos indígenas, entretanto, sem mostrar muita prosperidade (OLIVEIRA, 2008). Também defenderam o território das investidas de corsários estrangeiros, particularmente do ataque de Thomas Cavendish, no ano de 1592 e, por fim, estiveram à frente, especialmente Marcos, das entradas para o sertão em busca de pedras preciosas, rendendo a este, além de mercês, a “fama” por ter sido o único a alcançar a mítica “serra das Esmeraldas”.¹⁵ Como consequência de suas “andanças”, fora o responsável pela elaboração da primeira carta geográfica (possivelmente um mapa) da capitania, no ano de 1612 (DAEMON, 2010).

Após a chegada do novo donatário, Francisco de Aguiar Coutinho, a família Azeredo não mais participaria dos altos cargos administrativos da capitania por muito tempo. Certamente deve ter pesado a acusação realizada por uma devassa sobre a Alfândega no ano de 1617, que recaía sobre Marcos, a respeito de possíveis “descaminhos” enquanto ocupara o cargo de provedor da fazenda, anos antes. No entanto, vale ressaltar que este falecera no ano de 1619, ainda no cargo (SALETTTO, 2011).

¹⁴ Há uma discordância de opinião sobre quando teria sido a posse de Francisco Coutinho na capitania. Enquanto Oliveira acredita, apoiando-se em carta mencionada por Freire, ter sido logo após 1605, Daemon, por sua vez, defende a posse em 1620 (FREIRE, 2006; DAEMON, 2010).

¹⁵ Essas mercês dizem respeito ao hábito da Ordem de Cristo e uma pensão (SALETTTO, 2011).

Não obstante, a força da família era muito grande, sendo os filhos de Marcos (Antônio e Domingos) ainda “protagonistas” dentro da capitania. Fato ilustrativo foi a presença dos mesmos nas entradas, intensificadas na administração de Francisco Coutinho, juntamente com os jesuítas, cruciais para o trato com os povos nativos a serem encontrados no caminho. Em 1643 isso ficara bem claro: a força dessa família, possivelmente herdada do prestígio de Miguel e Marcos, conseguiria do rei a patente necessária para a realização de uma entrada, sobrepondo-se aos anseios do então capitão-mor Antônio Couto de Almeida, que tinha como predileto para essa empreitada João de Pina, aparentemente também pertencente à elite local (REIS, 2011).

Ainda não se sabe o paradeiro dos irmãos após o recebimento da patente de entrada. No entanto, nos é muito evidente a força dessa família, proprietária de terras, engenhos, postos-chave dos cargos da burocracia régia, mercês, além de contatos com o grupo dos jesuítas, os quais, no decorrer do século XVII, foram responsáveis diretos, entre outros, pela constituição do que seria o território de fato do Espírito Santo e do desenvolvimento de sua territorialidade. Não se pode, todavia, desvincular os Azeredo desse papel, pois, em suma,

Essa rede transformou parte dos tributos e direitos da Coroa em capital mercantil acumulado, e impôs uma escala de negócios capaz de cooptar o governo e a religião e controlar a oferta de mão-de-obra, a defesa, a produção e o movimento de cargas na capitania do Espírito Santo (RIBEIRO, 2012, p. 197).

Posteriormente, novo embate aconteceria no Espírito Santo em torno da patente de entradas. A questão do território continuava sendo prioridade, especialmente por causa do contínuo desejo de se encontrar a incerta “serra das Esmeraldas” descrita por Marcos de Azeredo. Nessa nova ocasião, os atritos também giravam em torno da disputa por uma patente de entrada,

dessa vez entre José Gonçalves de Oliveira¹⁶ e Francisco Gil de Araújo, donatário que acabara de comprar a Capitania em 1675.

Embora tenha chegado ao Espírito Santo somente em 1678, Gil de Araújo articulou-se muito bem para impedir a realização da entrada pelo antigo capitão-mor. Nem mesmo o prestígio daquele com o antigo herdeiro-donatário, o poderoso Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, fora capaz de evitar seu fracasso nessa querela. O novo donatário se articulou com a elite local, apoiando João de Pina (o qual havia entrado em disputa pela patente, anos antes com os irmãos Azeredo), então na função de sargento-mor, para que chefiasse a entrada ao invés de Gonçalves de Oliveira. Francisco Gil de Araújo solidificou essas relações por intermédio da Câmara ao estabelecer com a mesma uma aliança, tornando-a satisfeita com seu comando inicial, tendo em vista diversas realizações efetuadas na capitania. Segundo Reis (2011, p. 96),

Reformou [...] a Câmara da Vila da Vitória e construiu o prédio da Câmara da Vila do Espírito Santo, valorizando o potencial dos camarários como aliados [...] [talvez como] uma mercê dada pelos trabalhos realizados em seu nome antes mesmo dele assumir a Donataria.

Além disso, se aproximou dos jesuítas, grupo importante economicamente graças ao seu patrimônio conquistado na região¹⁷, beneficiando-os na construção de templo, marcação de terras da fazenda de *Carapina* (pertencente aos mesmos) e financiando suas entradas para a busca da Serra das Esmeraldas. Isso, sem contar a amizade com o reitor do Colégio São Tiago. Angariou prestígio também junto aos militares com as reformas dos fortes e o aumento do número da infantaria. E por fim, junto à

¹⁶ Capitão-mor até 1676, nomeado pelo rei sob a indicação do antigo donatário Antônio Gonçalves da Câmara Coutinho para governar o Espírito Santo, na ausência deste último, em 1671 (REIS, 2011).

¹⁷ Entre eles, encontram-se templos, aldeias, Engenhos, fazendas e o Colégio São Tiago, atual palácio Anchieta. Sobre isso ver Oliveira (2008) e Bittencourt (2006).

população, transformando a aldeia de Guarapari numa Vila (LAMEGO, 1920 *apud* REIS, 2011), a importação de casais da Bahia para incrementar o povoamento, apoio material aos moradores (RUBIM, 1900 *apud* REIS, 2011) e a quitação de uma dívida da “paz de Holanda”, até então pago pelos moradores do Espírito Santo.

Construindo prestígio ante a população local, Gil de Araújo solidificava uma rede de alianças, ao passo que interferia na territorialidade da capitania, inclusive se preocupando com os limites entre a mesma e a então vizinha, a Paraíba do sul, no atual norte fluminense (SALETTTO, 2011). As redes por ele estabelecidas junto aos principais segmentos populacionais e econômicos da capitania contribuía diretamente para um pequeno reordenamento do território, entretanto significativo em relação ao que efetivamente havia sido colonizado até então. Em contrapartida, conseguiu que seu principal anseio fosse atendido: a Câmara, além de retirar de José Gonçalves de Oliveira a patente de capitão, alegando agir em nome do donatário, impediu a entrada do capitão em busca da serra, levando-o a uma prisão domiciliar. Nem mesmo uma advertência real ao donatário – pela retirada de Gonçalves de Oliveira do cargo de capitão-mor antes de ter tomado posse da capitania – impediu que o donatário triunfasse sobre aquele, pois, ao fim e ao cabo, Gil de Araújo conseguiu que os benefícios conseguidos – entenda-se a patente de entrada – se revertissem a ele, que posteriormente chegou a organizar cerca de 12 entradas ao sertão em busca de ouro e pedras preciosas (OLIVEIRA, 2008). Os vínculos com o poder local através de redes e alianças, e a configuração da territorialidade por meio de construções e povoamento foram a chave desse “sucesso”.

Considerações finais

É lugar-comum entre os historiadores que a historiografia referente ao período colonial deva ser ainda mais vezes revisitada, num processo que desmistifica consagrados paradigmas construídos por autores do porte de Caio Prado Júnior, Fernando Novais, Celso Furtado, entre outros. Dentro

desse princípio, novas interpretações surgem a fim de questioná-los, propondo outros, não menos passíveis de questionamento.

Nesse sentido, buscamos apreender os principais debates e as principais noções que concernem a essa seara, construindo a partir daí a ideia da existência um “império das redes” que se definia por conexões estabelecidas localmente, ou que atravessavam o mar em busca de outras franjas dos domínios lusitanos, que de alguma forma, davam sustento a esse domínio, estreitando os laços com o reino por meio, dentre outras formas, dessas conexões e alianças.

Além disso, chamamos a atenção para o fato de que, ao se estudar as redes constituídas e as conseqüentes dinâmicas do Império Português por elas delineadas, não se pode perder de vista sua relação com a definição dos territórios desse mesmo império. É preciso, pois, estudar essas dinâmicas dentro de uma realidade espaço-temporal peculiar, de modo que se perceba sua interferência, para uma melhor compreensão da sua relevância, na conformidade de um império que está ainda longe de ser conhecido na sua íntegra. Dessa forma, optamos por estabelecer um diálogo com outros referenciais teóricos que possam aprimorar os estudos das redes, especialmente com os conceitos estabelecidos pela “geografia do poder”.

Ao longo do período colonial, é possível compreender a dinâmica territorial dos diversos núcleos iniciais de colonização. No caso em questão, apresentamos a capitania do Espírito Santo constituída por redes de aliança e parentesco que colaboraram para forjar o território e sua territorialidade, nas duas primeiras centúrias de colonização portuguesa na América.

Referências

- BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império Português*. São Paulo: Alameda, 2005.
- BICALHO, Maria Fernanda. Da colônia ao império: um percurso historiográfico. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia

- Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009
- BITTENCOURT, Gabriel. *História Geral e Econômica do Espírito Santo*. Do Engenho Colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- BITTENCOURT, Gabriel; RIBEIRO, L. C. M. (Org.). *Espírito Santo: um painel de nossa história II*. Vitória, ES: Secult, 2012.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo*. Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Secult/APEES, 2010.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade e elite agrária mercantil em uma economia colonial tardia*: Rio de Janeiro, c.1790-1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo*. Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822) 2.ed. Vitória: Flor e cultura, 2006.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c.1680-1730. In: FRAGOSO, João;

- GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviatã: Instituições e poder político*. Portugal – séc. XVII. Coimbra, Almedina, 1994.
- HESPANHA, António Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- HESPANHA, António Manuel. Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3.ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008 (Coleção Canaã, v.8).
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Khedir, 2011.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- REIS, Fábio Paiva. *A Serra das Esmeraldas: Cartografia, Imaginário e Conflitos Territoriais na Capitania do Espírito Santo (Séc. XVII)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. Modos de ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: BITTENCOURT, Gabriel; RIBEIRO, L. C. M. (Org.). *Espírito Santo: um painel de nossa história II*. Vitória: Secult, 2012.
- RICUPERO, Rodrigo. Poder e patrimônio: o controle da administração colonial sobre as terras e a mão-de-obra indígena. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009

- SALETTTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: O início da colonização no Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011 (Coleção Canaã, v.4).
- SALVADOR, José Gonçalves. *A capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700) – a presença de cristãos-novos*. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural – UFES/ Departamento Estadual de Cultura, 1994
- SANTOS, Marília Nogueira dos. A escrita do império: notas para uma reflexão sobre o papel da correspondência no império português no século XVII. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009
- SOUZA, Laura de Mello e. Política e Administração colonial: problemas e perspectivas. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009
- SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C.M. *Formação do Brasil Colonial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.